



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

PODER, POLÍTICA E SOCIEDADE

Uma análise sobre o setor cafeeiro no Triângulo Mineiro e as relações com o poder público – 1990-2010

*Hugo Leonardo Mendes Silva ^{*1}*

Resumo: Este trabalho analisa as articulações dos produtores do chamado Café do Cerrado, no âmbito político e social. Falamos aqui de uma classe que vem se fortalecendo sem que saibamos quem são seus integrantes, quais os meios que fazem uso para se fortalecer, e como se dá a relação com essa sociedade que conhece tão pouco sobre esses atores sociais e suas associações. Através de uma proposta, sobretudo, de história oral, e a análise de documentos tais como estatutos das associações, informativos, jornais, periódicos, almejamos contribuir para melhor compreensão do conjunto de ações dessa classe que parece se perpetuar no poder de forma despercebida pelo resto da sociedade. Verificamos que os cafeicultores da região do cerrado mineiro utilizam-se de um forte esquema de organização e estabelecem estreitas relações com o poder público para, dessa forma, fortalecer a classe e estabelecê-la cada vez mais hegemônica no agro brasileiro.

Palavras-chave: Sociedade. Política. Cafeicultura.

A atuação dos cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro

É sabido que a cafeicultura ocupou não apenas na região das Gerais, mas em uma grande parte do Brasil, um lugar de destaque, tanto no que diz respeito à esfera econômica, quanto no que diz respeito à questão política, sendo uma atividade bastante

¹ Aluno do 8º Período de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Programa Institucional de Apoio à Iniciação Científica – PIAIC/CNPq. Bolsista de Graduação/UFU



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

propícia às relações sociais, como nos aponta Carmo acerca do início da produção cafeeira na região do cerrado mineiro:

Os investimentos financeiros e tecnológicos apontavam para a possibilidade de produzir o café no cerrado atraíram os olhares que se voltaram para a região e, com isso, provocaram também uma intensa movimentação populacional (...) estas transformações, em parte, passaram pela produção agrícola, mas também pela forma de lidar com a terra e de interpretar a propriedade rural como uma empresa rural, pela forma, ainda, como passaram a coexistir modos e hábitos de vida dos mais diferentes grupos que, em um mesmo espaço, embora de origens diferentes, passaram a conviver e a dividir conhecimentos, manifestações religiosas, diferentes comemorações, compreensões de mundo, enfim. Diferentes modos de sociabilidade, mas eu nesse espaço ainda se tornaram protagonistas de embates e também de disputas por espaços de decisão política e econômica. (CARMO, 2009:225)

Em Araguari, cidade situada no Triângulo Mineiro e pertencente à região do Cerrado Mineiro essas relações se mostraram de forma bastante intensa. Os cafeicultores possuem especificamente desde a década de 1970 uma força muito grande, isto é, um poder político e econômico elevado, exercendo uma influência e liderança na região. Principalmente se analisarmos a criação das associações de cafeicultores, e da CACCER (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado), fundada em 1992 com o objetivo de organizar e fortalecer a classe.

No entanto essas relações vêm sendo modificadas ao longo do tempo não apenas no município citado, mas em toda a área de atuação desses cafeicultores, onde se inclui os municípios de Patrocínio, Uberlândia, Araxá, Monte Carmelo, entre outros. Se até dado momento era intensa e evidente essa configuração de poder, a passagem do século XX para o XXI parece ter trazido relações mais discretas para a cafeicultura regional.

É importante destacar o recorte temporal deste trabalho com vistas a propor um olhar sobre essa significativa mudança que se configurou nesse período. Destaco, nesse aspecto, a fundação da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness, nos idos de 1993,

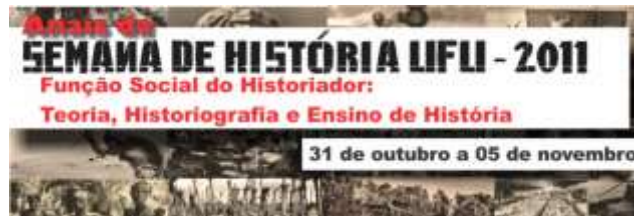


V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

tendo como foco consolidar o que declaravam ser uma ‘nova agricultura’, bem como consolidar-se como entidade de representação política setorial à altura do que representava essa nova agricultura para o país. À bem da verdade, houve um trabalho de direção ideológica afim de ‘conscientizar’ os agricultores da relevância de sua atividade, por conseguinte a necessidade de se buscar o que havia de mais elevado em termos tecnológicos e fazer uso disso no campo. Ou seja, uma construção ideológica, que nos faz questionar se o agronegócio só passou a ter relevância depois da fundação da ABAG. Ao que parece, é isso que seus criadores almejavam construir, como se somente a partir daquele momento a atividade agrícola, doravante denominada ‘agribusiness’ tivesse atingido uma importância de imensa proporção, conseguindo convencer principalmente os grandes agricultores que viriam a constituir uma hegemonia agrária, com poder econômico suficiente para isso, e nesse contexto estão inseridos os cafeicultores do cerrado mineiro.

Se as relações de poder estabelecida pelos cafeicultores da região do cerrado se mostram mais discretas não significa que a influência desses cafeicultores, especificamente na região pesquisada, tenha se desintegrado, até porque de acordo com informações do site da ACA- Associação dos Cafeicultores de Araguari, a cafeicultura no contexto do município representa uma parcela de 60% do PIB de Araguari. Parece notório que os responsáveis por uma atividade que representa mais da metade do PIB, nos bastidores ou não, possuem grande prestígio, bem como exercem grande influência no direcionamento político e econômico da cidade. O fato é que não é de interesse desses cafeicultores que se faça alarde sobre maiores detalhes de sua produção e sua atuação política e social. O raciocínio é simples e objetivo. Pretende-se, através de um discurso afinado, desestimular novos olhares direcionados à produção cafeeira, para que dessa forma não haja uma maior concorrência no setor, e dessa forma os que nele já estão se tornem cada vez mais hegemônicos.

Esse discurso pode ser observado, na entrevista realizada com o cafeicultor e diretor fiscal da ACA, J.A.A:



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Nós cafeicultores, e agricultores envolvidos com o agronegócio estamos tendo uma dificuldade muito grande de ter renda. Nesse momento específico está bom, mas nós temos aí um histórico de dívidas passadas.²

Ainda de acordo com J.A.A.:

Hoje realmente o café do cerrado na Europa, por exemplo, é vendido a 1 euro a xícara, isso equivale a vários mil reais numa saca de café, porque uma saca produz cerca de 4 mil xícaras de café. Hoje a produção do café do cerrado é praticamente toda exportada, quase 90%.³

Informação esta que vai de encontro a uma reportagem disponibilizada pelo site Globo.com: “O saquinho com 100 gramas é vendido pelo equivalente a R\$ 14. Ou seja, o quilo sairia por R\$ 140 (...) Em Tóquio, já há cafeterias vendendo uma xícara pelo equivalente a R\$ 12.”⁴

Ora, ao que parece, no momento, a produção cafeeira não apenas está muito lucrativa, como à primeira vista é muito atrativa aos olhos dos leigos. Por esse mesmo motivo a classe se utiliza de um linguajar técnico para desestimular quem pense em se aventurar no ramo. Uma publicação recolhida na ACA, chamada ‘O Capacho rural’, lista uma série de fatores técnicos que tornam a produção cafeeira cada vez mais difícil e menos compensatória.

Tudo assim descrito sucintamente parece tão fácil ao leigo ler, e, encantador como o canto das sereias na mitologia Viking, hipnotizante... Entretanto com um final aterrorizador.

Feitas as contas finais, enfrentar-se-ão critérios desanimadores:

1 - a falta de crédito justo (...)

² Entrevista realizada com J.A.A., cafeicultor, empresário e diretor fiscal da ACA, em sua empresa em Araguari, no dia 29/07/2011.

³ Ibid.

⁴ Cafezinho no Japão chega a custar o equivalente a R\$ 12 – Reportagem retirada do site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/06/cafezinho-no-japao-chega-custar-o-equivalente-r-12.html> acesso em 17/06/2011 às 22h00min



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

2 – o dólar sobe, subindo com ele os preços dos insumos e no sentido inverso caem os preços de seus produtos;(…)

3 – quanto a falta de chuvas, por aqui se emprega a tecnologia da irrigação artificial, salvando grande parte dos desmandos da natureza, mas atualmente somos preza fácil do IGAM, que manda e desmanda no setor em nosso município, por eles considerado o paliteiro de Minas, e Araguari o balão de ensaio do órgão;

Apertam o cerco com o uso da água, fiscalização, multas e etc... É só venha a nós. É de dar dó.⁵

Nesse sentido destaca-se a questão da cafeicultura empresarial, que se caracteriza pelo domínio, por parte do homem, dos fatores passíveis de interferência, isto é, maior precisão das condições climáticas, domínio sobre a fisiologia da planta, bem como pelo conhecimento pleno do mercado e de suas exigências e as estratégias necessárias para uma inserção bem sucedida do produto no mercado cada vez mais exigente.

A esse respeito, percebemos que cada vez mais esses produtores, através do acúmulo de capital modernizam a produção cafeeira, o que faz com que quem se arrisque a produzir café, naturalmente com técnicas arcaicas devido ao nível inferior de capital aplicado, confirme o que tais cafeicultores já estabelecidos e hegemônicos dizem. O fato é que obviamente o produtor de café iniciante está distante de ter o mesmo êxito no mercado que esses cafeicultores estabelecidos e detentores das mais modernas técnicas de produção que, por exemplo, abastecem o mercado antes mesmo da plantação através do que é conhecido como mercado de futuro, disponível no sítio da bolsa de valores BM&F BOVESPA. Dessa forma, utilizam-se de uma estratégia bastante simples e eficaz com vistas a desestimular novos produtores, por conseguinte novos concorrentes.

E os trabalhadores rurais, como eles vem se readaptando ao avanço da tecnologia sobre as lavouras de café, uma vez que a mecanização do processo de colheita

⁵ Artigo disponível em

http://www.gazetadotriangulo.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=8011:o-capacho-rural&catid=24:artigos&Itemid=312 –Acesso em 29/11/2011 às 23h10min



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

impôs fortes impactos sobre o trabalho no campo, como podemos ver no trabalho de Ortega:

A mecanização (...) vem se intensificando, em função da prática da terceirização do uso de máquinas colhedeiras (...) a terceirização da colheita encontrada na região, já em 1995/96, representava mais de um terço do total de estabelecimentos agropecuários de cafeicultores do cerrado mineiro utilizava força mecânica de terceiros na condução dos trabalhos agrários. Atualmente, apesar da não disponibilização dos dados oficiais, especialistas avaliam que tenha ocorrido uma ampliação nesse índice, que pode significar algo em torno de 40% do total dos estabelecimentos. (ORTEGA,2008:13)

Ainda de acordo com Ortega, uma colhedeira mecânica pode chegar a fazer em um único dia um trabalho onde seriam necessários cerca de 250 homens. Um dado bastante significativo em se tratando da organização do trabalho no campo.

Na entrevista realizada com o cafeicultor J.A.A., ele afirma que o produtor rural vem procurando mecanizar sua plantação e sua colheita cada vez mais, uma vez que esse produtor está sujeito a leis trabalhistas, segundo ele, muito severas, que se assemelham às mesmas leis de um trabalhador urbano. De acordo com informações obtidas com o presidente da ACA, N.S.R., trabalham na colheita cerca de cinco mil trabalhadores dos quais 60% destes são de outros estados. Cerca de 1500 trabalham diretamente na irrigação, aplicação de defensivos, ou como administradores, gerentes e tratoristas. Ainda de acordo com o presidente da ACA, a mão de obra, apesar de não qualificada tem uma remuneração de cerca de R\$600,00.⁶

Outra questão que nos salta aos olhos diz respeito ao processo contínuo de urbanização, uma vez que alguns trabalhos na área indicam um fenômeno aonde, apesar da economia regional baseada, sobretudo na agricultura, a região vem passando por um forte processo de urbanização, isto é, a zona urbana com um intenso crescimento populacional, ao contrário do que vem acontecendo com a população da zona rural. É o que fica claro nos dizeres de Carmo:

⁶ Entrevista realizada com N.S.R., cafeicultor, empresário e presidente da ACA, em sua residência em Araguari, no dia 29/07/2011



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Esse processo de recepção de grupos populacionais pelo qual passou a região parece controverso, pois ao mesmo tempo em que atraiu um grande contingente para a região praticamente dobrando a população em apenas duas décadas, também diminui a população rural nessa área. (CARMO,2009:226)

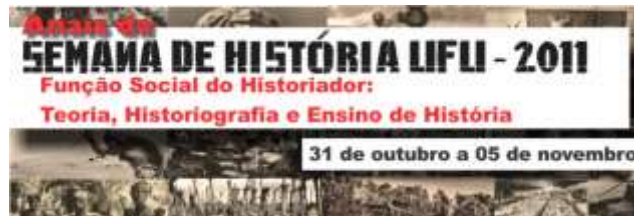
Nesse sentido, num primeiro momento existe a necessidade de se colocar o porquê uma região tão forte na esfera da agricultura, mais que isso, por que uma região que atraiu e ainda atrai grupos populacionais de outras regiões devido às suas férteis e promissoras terras, possui um contingente populacional cada vez maior na zona urbana?

Temos ainda outra discussão a ser abordada no tocante a esse fato, isto é, teria esse fato, ou seja, essa ascendência populacional urbana, ligação com o fato de a influência social e o poder político dos cafeicultores da região ser hoje mais discretos do que outrora? Em que escala esse fenômeno influencia nas relações sociais e de poder exercido pelos cafeicultores da região?

Segundo Sônia Regina de Mendonça:

(...) Os proprietários rurais são a cada dia menos proprietários rurais, no sentido de uma vivência rural e de um modo de vida agrário peculiar. Convertem-se rapidamente em grandes detentores de imensas massas de capitais, que precisam a qualquer custo social (grifo original) ampliar, aplicando-os onde lhes seja mais vantajoso, ou seja, onde possam jogar com todas as variáveis disponíveis: o monopólio, a introdução de altas tecnologias, o uso intensivo e extensivo de força de trabalho, os arranjos entre diferentes setores, a definição de políticas voltadas para o próprio interesse, a especulação, etc. (MENDONÇA,2010:21)

Nesse contexto, o produtor rural como cafeicultor, pode ser associado, cada vez mais, ao estilo de vida urbano, em detrimento da vivência tipicamente rural com o que se chama atualmente de 'novo agro brasileiro', ou seja, esse produtor rural que não está restrito às atividades típicas e exclusivas no campo, mas expande seu leque de negócios para outras atividades ligadas à agroindústria (ou não, em alguns casos), dessa forma, como afirmou Sônia Mendonça, 'jogam com todas as variáveis disponíveis', rumo a uma posição gradativamente hegemônica no cenário político-social brasileiro.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Dessa forma, há os que compram a idéia e passam a acreditar, até por experiências naturalmente mal sucedidas que o cultivo do café uma atividade que não oferece retorno algum uma vez que os custos da produção são altos, o que é uma verdade, como supracitado nesse trabalho, já que os cafeicultores estabelecidos e detentores de grande aporte financeiro encarecem a produção cada vez mais através de tecnologias e conhecimento pleno das exigências do mercado, sendo essas exigências muitas vezes elaboradas pelos próprios cafeicultores. Tudo isso nos leva a refletir sobre o momento vivido pela cultura do café no cerrado, sobre as relações que vem se modificando no campo e na cidade, sobre as articulações sociais e políticas que parece haver.

Ainda no aspecto político vale ressaltar a questão das relações e mobilizações acerca da organização política da classe agrária, isto é, como a ACA (Associação dos Cafeicultores de Araguari) e a CACCER (Conselho das Associações das Cooperativas do Cerrado) atuam no sentido da organização da classe na esfera política, já que há quase que uma indissociação entre os cafeicultores mais abastados e a política na região. Portanto, é interessante analisar nesse aspecto o discurso presente no Estatuto Social da Associação dos Cafeicultores de Araguari, bem como sua prática, uma vez que no estatuto temos artigos como “Articular os elementos da classe a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e aprimoramento da cafeicultura em sua área territorial.”⁷

Isso fica claro quando J.A.A. em sua entrevista diz:

E o que nós trabalhamos lá (se referindo à ACA), basicamente, é pra defender os interesses da classe, nós colocar a disposição de produtores que necessitem de algum tipo de esclarecimento técnico, e discutir junto a órgãos públicos que de alguma forma incide seus interesses junto à produção de café, como por exemplo, a água hoje que é muito discutida, essas leis ambientais são bastante discutidas, nós fazemos sempre um tipo de discussão junto aos órgãos pra viabilizar a produção, sempre

⁷ Estatuto Social da Associação dos Cafeicultores de Araguari – Disponível em <http://www.aca.com.br/aca/estatuto>



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

respeitando as leis o meio ambiente, e defendendo os interesses da produção que não pode ser negligenciado.⁸

Logo podemos perceber que há um forte esquema de organização e articulação política no âmbito dos interesses da classe, organização e articulação essas que não encontramos tão facilmente na maior parte da camada social brasileira, o que somado ao poder econômico de tais cafeicultores os deixa em posição privilegiada para ditar os rumos da vida política e social na região, ainda que sob a mais perfeita discrição. Por esses e outros motivos esse estudo se faz necessário, a fim de saber mais a respeito dessa classe que notadamente vem se perpetuando em prestígio e hegemonia, vide a própria bancada ruralista que, segundo informações do sítio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar- DIAP passou por um crescimento nas eleições de 2010:

A bancada ruralista, uma das mais eficientes do Congresso, cresceu nas eleições de 2010 e terá sua capacidade de atuação ampliada nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas do setor no âmbito do Poder Legislativo.⁹

Evidentemente, há entre eles alguns representantes do café do cerrado, cafeicultores de cidades da região do cerrado mineiro que atuam primordialmente na defesa dos interesses de grandes proprietários de terra, uma vez que o são, agindo em prol dos pequenos em situações pontuais.

⁸ Entrevista realizada com J.A.A., cafeicultor, empresário e diretor fiscal da ACA, em sua em Araguari, no dia 29/07/2011

⁹ Bancada ruralista aumenta com o reforço de novos parlamentares – Reportagem retirada do site <http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/ruralista> -acessado em 05/05/2011 às 14h27min



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Considerações

Não é meu objetivo desvendar as articulações dos produtores de café do cerrado mineiro em sua totalidade, mas sim levantar, analisar e expor aspectos que ajudem a compreender melhor a forma como se organizam, tendo como base as associações que, à priori, se revelam redutos onde tais cafeicultores se reúnem com vistas a organizar e fortalecer a classe cafeicultora no âmbito regional, visando uma hegemonia agrária, que se revela discretamente, mas muito atuante. Acrescento no hall de ambições da classe cargos públicos, seja municipal, estadual ou federal, que somado ao grande aporte financeiro, do conhecimento técnico, padrão de qualidade de produção, e exigências de mercado por eles estabelecidas facilitam o caminho do êxito.

As questões levantadas permeiam a sociedade, constituindo parte do cotidiano dos habitantes do Cerrado Mineiro, uma vez que as circunstâncias apontam para uma nova conjuntura que sugere novas relações, seja no contexto do trabalho, político ou social. O fato é que se faz necessário a análise dessa nova conjuntura histórica, uma vez que é papel do historiador perceber, analisar e compreender as mudanças que ocorrem na sociedade, para expô-las de uma forma que essa compreensão se estenda a todos os integrantes dessa sociedade, participando do processo de forma ativa ou não, como nos escritos de Humboldt:

A tarefa do Historiador consiste na exposição dos acontecimentos. tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa possível for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência de seu ofício e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado. (HUMBOLDT, 2001: 79)

FONTES



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Artigo disponível em

http://www.gazetadotriangulo.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=8011:o-capacho-rural&catid=24:artigos&Itemid=312 – Acesso em 29/11/2011 às 23h10min

Bancada ruralista aumenta com o reforço de novos parlamentares – Reportagem retirada do site <http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/ruralista> - acessado em 05/05/2011 às 14h27min

Cafezinho no Japão chega a custar o equivalente a R\$ 12 – Reportagem retirada do site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/06/cafezinho-no-japao-chega-custar-o-equivalente-r-12.html> - acessado em 17/06/2011 às 22h00min

Estatuto Social da Associação dos Cafeicultores de Araguari

Entrevista realizada com J.A.A., cafeicultor, empresário e diretor fiscal da ACA, em sua em Araguari, no dia 29/07/2011

Entrevista realizada com N.S.R., cafeicultor, empresário e presidente da ACA, em sua residência em Araguari, no dia 29/07/2011

Jornal Correio de Uberlândia – 05/11/2007

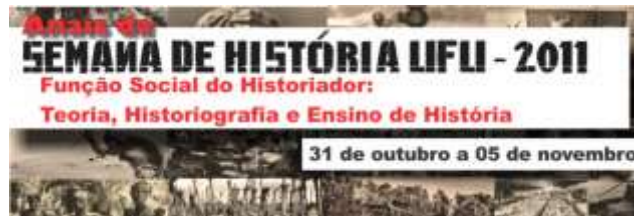
Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo. A observação histórica. In: Apologia da História ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Entre safras e sonhos: Trabalhadores rurais do sertão da Bahia à lavoura cafeeira do cerrado mineiro 1990-2008.* Tese de Doutorado em História – PUC – SP , 2009.

DELGADO, Guilherme C. *O agronegócio realidade e fantasia rondando o país.* In: SEVÁ, Janaína Tude. *Classes patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais-UFRRJ, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Agricultura e política na década de 70: a cafeeicultura em Araguari- MG.* Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, IFCH/Unicamp, 1993.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Sobre a tarefa do historiador*. Anima: história, teoria e cultura, Rio de Janeiro, editora Casa da imagem, ano 1, p.79-89,2001

MENDONÇA, Sônia Regina. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Editora UFRJ, 2010.